



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Exmo. Senhor  
Presidente da Assembleia da República  
Dr. Eduardo Ferro Rodrigues

Of. n.º 48 | CNECP | 2017

22-05-2018

NU| 634692

**Assunto:** Relatório de deslocação a Bucareste/Roménia

Junto se envia a Vossa Excelência, para os devidos efeitos, o Relatório da deslocação à Conferência Interparlamentar sobre Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD), realizada em Bucareste de 7 a 8 de fevereiro de 2019.

Com os melhores cumprimentos,

**O Presidente da Comissão**

**(Sérgio Sousa Pinto)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

## **14.ª Conferência Interparlamentar para a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD)**

**(BUCARESTE, 7 E 8 DE FEVEREIRO DE 2019)**

### **Relatório**

No âmbito da dimensão Parlamentar da Presidência romena do Conselho da União Europeia, os Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, bem como das Comissões de Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional das duas Câmaras do Parlamento romeno, em tempo, convidaram a Assembleia da República a participar na Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Defesa Comum e Política Comum de Segurança e Defesa (CiP PESC-PCSD).

A delegação da Assembleia da República integrou os seguintes Deputados:

- Sérgio Sousa Pinto, Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, que liderou a delegação;
- José Cesário (PSD), membro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas;
- Marco António Costa (PSD), Presidente da Comissão de Defesa Nacional;
- Jorge Machado (PCP), membro da Comissão de Defesa Nacional;
- Rui Silva (PSD), membro da Comissão de Assuntos Europeus;
- Vitalino Canas (PS), membro da Comissão de Assuntos Europeus.



A Programação dos trabalhos é a constante do documento n.º 1, em anexo ao presente Relatório.

A assessoria à delegação foi assegurado pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Cristina Neves Correia, e pelo Assessor Parlamentar da 2.ª Comissão, Raul Maia Oliveira.

### **Dia 7 de setembro**

Os trabalhos tiveram início pelas 9 horas, no Palácio do Parlamento, com a já habitual reunião do denominado Grupo dos Países do Sul, igualmente conhecido por "Grupo do Mediterrâneo" ou simplesmente "Grupo Med", agrupando os líderes das delegações dos Estados que o integram.

Para além de Portugal, estiveram presentes representantes da Grécia, Itália, Malta, Chipre e Espanha, tendo cabido ao líder desta delegação, Deputado Carlos Rojas, a condução dos trabalhos.

Terminadas as apresentações, o Deputado Carlos Rojas fez um discurso de abertura, tendo realçado a importância deste Grupo em áreas tão relevantes quanto a integridade e o Estado de Direito, tendo defendido a necessidade de a União alocar recursos financeiros que permitam estruturar o combate às "máfias" e à corrupção. Nomeou, ainda, o terrorismo, as migrações e a cooperação, como áreas igualmente relevantes.

De interesse, a intervenção do representante cipriota, Senhor Damianou, que pôs o assento tónico na questão da segurança dos recursos naturais, à qual, segundo referiu, a ONU está a dar bastante atenção. No fundo, aludia este Deputado ao facto de terem sido descobertas em diversos pontos do Mediterrâneo oriental, importantes jazidas de hidrocarbonetos \_ designadamente gás natural \_, incluindo na Zona Económica Exclusiva do Chipre. Referiu que a magnitude das reservas seria suficiente para garantir metade das necessidades energéticas de toda a União, pelo que a estabilidade geostratégica da zona deve representar um bem maior para a UE. Prosseguiu, para identificar outros temas de relevância: a questão das migrações e o impacto do BREXIT, tendo salientado a incógnita que se mantém acerca do destino das bases militares britânicas estacionadas no Chipre.



O Deputado Orsini, de Itália, quis sublinhar o desafio colocado pela Turquia para a segurança da região mediterrânica. Alertou para o facto de se estarem já a sentir-se algumas fricções, designadamente com a Turquia que, ao que alegou, terá já condicionado o acesso à zona de navios do consórcio prospeter, englobando os Estados Unidos e a Itália.<sup>1</sup> Defendeu que os países do sul devem contribuir mais ativamente para a estruturação de uma política europeia para o norte de África, no sentido de fomentar maior aproximação

O Deputado Sérgio Sousa Pinto esclareceu os seus pares acerca do sistema de representação rotativa portuguesa às reuniões do Grupo, explicando o porquê da sua ausência nas duas últimas sessões. Identificou aquele que é, na sua ótica, o maior problema europeu da atualidade: o do desequilíbrio da Zona Euro, o qual requer uma revisão do sistema financeiro da União, sob pena de piorarem os sinais de empobrecimento dos países do sul, motivado pela deficiente redistribuição dos lucros gerados pela globalização económica, crendo mesmos ser esta a maior ameaça à coesão da União.

O Deputado Konstantinos Douzinas, da Grécia, realçou que, apesar dos indícios de uma certa decadência em certos aspetos da União, noutros verifica-se atividade relevante tendente a promover a revisão dos seus próprios pressupostos. Deu os casos dos países bálticos e dos hanseáticos, onde a formação de novos grupos de discussão colocam em cima da mesa a questão do alargamento e das novas vizinhanças. Apesar de tudo, referiu, a Europa move-se e avança, existindo um papel a desempenhar pelos países do Sul, a saber, o de forçar os respetivos governos na cooperarem em busca das melhores soluções em todas as áreas de intervenção.

A reunião terminaria com uma nota, genericamente aceite por todos, quanto à necessidade de este Grupo poder reunir mais vezes, tendo sido lembrado pelo Senhor Rojas o facto de esta reunião não produzir qualquer declaração ou documento de conclusões políticas, por ter sido esse o consenso previamente alcançado por todos os membros.

De referir, ainda, que Aristos Damianou reiterou a intenção, já manifestada em Viena, de organizar uma reunião do Grupo dos Países do Sul no Chipre, ficando por decidir qual a melhor ocasião, atendendo aos calendários eleitorais, nacionais e europeu, de 2019.

---

<sup>1</sup> Neste caso, estão a Exon-Mobil e a ENI.



### Sessão de Abertura

---

Pelas 10.15 horas, teve lugar a Sessão de Abertura da Conferência Interparlamentar, cuja alocução inicial esteve a cargo do Presidente do Senado romeno, Calin Popescu-Tariceanu. No seu discurso, enfatizou a necessidade de a Europa recalibrar o conceito político que a sustenta, onde a sedimentação de uma política externa comum deve refletir a existência de um destino igualmente comum, baseado em valores por todos adquiridos. Referiu que a resposta a certas tendências hegemónicas e protecionistas que se verificam na cena internacional deve ter, por parte da União, uma resposta univocal, tão necessária na Europa quando se fala das potenciais consequências da anexação da Crimeia ou da denúncia do *Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty (INF)*. Aliás, na sua ótica, a questão do Mar Negro e, em particular, a da militarização do Mar de Azov, assume-se, no presente, como a mais relevante para a segurança europeia. Afirmou que a defesa da paz na Europa não prescinde da capacidade de estruturar uma política externa comum. Saliu a importância do Acordo do Prespa para o escoramento da estabilidade e paz no leste europeu, exemplo da promoção dos valores da democracia, liberdade e dignidade humana, exemplo que deve ser seguido. No mesmo sentido, chamou a atenção para a necessidade de dar seguimento ao processo de alargamento a leste, designadamente nos países balcânicos ocidentais, estabelecendo compromissos e condições sustentáveis para tal. Neste contexto, aludiu ao caso particular da Moldávia, que a Roménia tem incentivado à adesão, prestando ajuda às instituições do país no sentido da sua aproximação aos *standards* europeus, e fortalecendo a cooperação cultural, económica e social. Concluiu, sublinhando a relevância da segurança ciber e das ameaças colocadas pela guerra híbrida, tendo defendido que a resposta a estas matérias seja dada através da Política Comum de Segurança e Defesa.

Nesta Sessão, intervieram, ainda, o Vice- Presidente da Câmara de Deputados romena, Senhor Florin Iordache, o qual salientou, na mesma linha da anterior intervenção, a necessidade de promover a segurança europeia - papel ao qual a Roménia tem conferido dado grande destaque -, tendo salientado a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de segurança e defesa já existentes, aprofundando as sinergias NATO/UE, devendo esta agenda integrar matérias relevantes para os países da região leste da Europa.

Interveio de seguida o Senhor Ioan Pasçu, na qualidade de Vice-presidente do Parlamento Europeu, que começou por assinalar as próximas eleições europeias como um possível marco na história da Europa, daí dependendo o futuro do projeto europeu de segurança e defesa comuns, com imediato destaque para a necessidade de reforçar a segurança na



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

europa, uma vez cessado o acordo INF<sup>2</sup>. Referiu-se à questão da adoção da maioria qualificada em matérias PESC que não possuam implicações militares, como um forte contributo para uma maior rapidez no processo de decisão referentes a toda a Europa. No mesmo sentido, realçou a imprescindibilidade de o Reino Unido continuar a participar no esforço de segurança e defesa como até aqui, apesar do BREXIT. Realçou, ainda, a importância do recente acordo alcançado entre a Grécia e a Macedónia do Norte para o processo de fortalecimento da paz na Europa, ao que deveria seguir-se o reforço da Parceria a Leste, tendo em consideração a relevância dos Balcãs para a paz e estabilidade na Europa.

Encerrou a Sessão o Senhor Cristian-Sorin Dumitrescu, na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Externos do Senado romeno, tendo exortado os “novos” Parlamento Europeu e Comissão Europeia, a prosseguir na senda do reforço da segurança no continente europeu.

### **Sessão I**

---

Moderada pelo Senhor Dan Dungaci, Presidente da Fundação Universitária do Mar Negro, esta Sessão foi dedicada aos 10 anos da Parceria Oriental.

Nela participaram, como oradores, Teodor Melescanu, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Roménia; Thomas Harting, Diretor Executivo para a Europa e Ásia Central, do Serviço Europeu de Ação Externa; e Titus Corlatean, membro do Senado e ex- Ministro romeno dos Negócios Estrangeiros.

Na sua intervenção, Teodor Melescanu apresentou uma retrospectiva da pPresidência romena relativamente aos 10 anos da Parceria Oriental, antecipando a sua próxima Cimeira, em 2020. Realçou a importância da implementação dos sucessivos Acordos de Associação nas áreas do comércio e segurança, designadamente com a Moldávia, Geórgia e Arménia, bem como negociações já despoletadas no mesmo sentido com o Azerbaijão, passos que têm servido para o robustecimento da vizinhança a leste, com a qual a Presidência romena está fortemente empenhada. Disso são exemplo as sucessivas reuniões interministeriais que, em domínios sectoriais, têm vindo a decorrer, nomeadamente nas telecomunicações

---

<sup>2</sup> Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário



(é o caso da harmonização do *roaming* entre a UE e os países da Parceria que a Roménia tem vindo a patrocinar), energia (o interconector de gás natural na Moldoia é o assunto de maior relevância na agenda bilateral entre aquele país e a Roménia), transportes e negócios (decorrerá em junho, em Bucareste, uma conferência sobre *business* no âmbito dos países da Parceria). Considerou, a encerrar, que neste momento, a Rússia constitui a maior ameaça ao seguimento deste processo, ele mesmo um resultado direto dessa mesma ameaça.

Thomas Harting enfatizou o papel da Parceria no fortalecimento da capacidade de resiliência da região, tendo feito uma retrospectiva do funcionamento da mesma. Para o futuro, salientou a necessidade de privilegiar contactos numa base de "*more for more*", condição essencial à prevalência, nesses países, das regras indispensáveis à consolidação de Estados de Direito. Admitiu, porém, a necessidade de canalizar um maior esforço para as situações da Ucrânia e da Geórgia, na formulação de acordos-quadro em áreas específicas (digital, energia e alfândegas) que, nalguns casos, poderão comportar soluções concretas do tipo "*tailor made*".

Finalmente, na sua intervenção, o Senador Corlatean fez uma breve alusão aos progressos obtidos na Parceria e quais os próximos passos a tomar, enfatizando a segurança e a estabilidade como fatores básicos e prévios aos avanços que se desejam.

Seguiu-se um curtíssimo período aberto a intervenções onde, apesar da existência de bastantes inscrições,<sup>3</sup> apenas houve espaço para a intervenção do Deputado Nemeth (Hungria),<sup>4</sup> que quis saber qual o motivo para a não realização da Cimeira da Parceria em 2019, tendo manifestado, ainda, o apoio total à integridade territorial da Ucrânia.

## Sessão II

---

Pelas 13.30 horas teve início a Sessão de Trabalho alusiva ao tema da relevância estratégica do Mar Negro na agenda da UE.

---

<sup>3</sup> Apesar do número de inscrições, o facto é que o modelo adotado para as sessões de trabalho, privilegiando a participação de conferencistas convidados, deixou muito pouco tempo para a intervenção dos parlamentares participantes e respetivo debate, dentro do plano horário de duração previsto. Tal opção manter-se-ia pelas restantes sessões.

<sup>4</sup> Foi o caso do Deputado Vitalino Canas que, embora inscrito, acabou por não intervir.



Com a moderação de Iulian Chifu, Presidente do *Conflict Prevention Centre and Early Warning*, nele participaram como conferencistas Ioan Pascu (Vice-presidente do Parlamento Europeu), Gabriel Les (Ministro da Defesa Nacional da Roménia), e o Embaixador Sorin Ducaru (Diretor indigitado para a SATCEN \_ Centro de Satélites da União Europeia).

Na sua intervenção, o Senhor Pascu veio sublinhar a relevância económica e militar do Mar Negro, comprovada pelos compromissos assumidos pela NATO naquela região, no contexto dos eventos de 2014 na Crimeia. Defendeu que a União deve prestar maior atenção à estabilidade da região, recorrendo a um largo espectro de instrumentos de intervenção de que pode efetivamente dispor, tais como mecanismos de prevenção e gestão de crises, bem como de meios militares hábeis a garantir a segurança da região.

Já Gabriel Les, focou-se nos desafios que a região coloca em termos de segurança e defesa, assumindo que a identidade romena é inseparável da existência do Mar Negro nas suas múltiplas e diferenciadas asserções. Apesar de defender que a severidade das ameaças e desafios impostos na região deve ter da parte da UE uma resposta mais estruturada, em termos de visão estratégica e emprego conjunto de forças, não deixou de valorizar o papel fundamental que o alargamento da NATO a leste veio proporcionar ao desenvolvimento de toda a região. Realçou, igualmente, os desafios colocados pela guerra híbrida, que só vieram reforçar a existência de uma enorme ameaça à paz e estabilidade na região leste da Europa, a cujo combate a União deve dar maior atenção, para ele contribuindo de forma mais efetiva e coerente, no sentido de prevenir males maiores. Porém, sublinhou que tal reforço não pode nem deve substituir o papel de outras alianças com intervenção na região, cuja essencialidade tem ficado amplamente demonstrada.

Por seu lado, o Senhor Ducaru enfatizou a necessidade de a União poder afetar de forma coordenada e coerente um conjunto de meios disponíveis, numa lógica integrada da realidade estratégica subjacente à região do Mar Negro. Apontou, ainda, a oportunidade única oferecida pelo aprofundamento das relações entre a União e a NATO, aproveitando as sinergias e complementaridades daí advenientes e articulando de forma inteligente e competitiva os meios existentes de *hard, soft and smart power*, no sentido de melhorar o planeamento estratégico, tático e operacional, mormente ao nível das comunicações (comando e controle).

Seguiu-se um período de debate, no qual intervieram os seguintes parlamentares:



Orsini (Itália), que enfatizou o facto de o Mar Negro ser uma zona de interseção de várias fontes de perigo, designadamente, a Rússia e a Turquia, tendo igualmente realçado a complementaridade da segurança e defesa do Atlântico e do continente europeu.

Jonson (Suécia), que salientou serem a Crimeia e o enclave de Kaliningrado, as duas regiões mais militarizadas do mundo. Quis saber se a NATO e a UE estão a cooperar de algum modo, no sentido de monitorizar tais realidades e de desenvolver capacidades comuns na resposta às mesmas.

Guerriau (França), tendo salientado que a região em causa tem despertado ao longo da história uma acentuada conflitualidade, tendo lembrado os casos da Rússia e da Turquia. Alertou, ainda, para o facto de a China poder estar a ponderar a aquisição de uma base naval no Mar Negro, em apoio à sua estratégia global "Um Cinturão, Uma Rota";

Koopmans (Holanda), alertando para o facto de, presentemente, o Mar Negro se ter tornado num verdadeiro campo de testes de novo armamento militar, defendendo que a União deveria monitorizar com maior proximidade tal realidade e tomar medidas que, em consonância, pudessem condicionar e diminuir o desenvolvimento de tal tendência;

Savola (Finlândia), para realçar a imprescindibilidade do aprofundamento da relação UE/NATO;

Kefaloggianis (Grécia), para realçar que, pela terceira vez em eventos semelhantes, Alta Representante optou por não participar presencialmente, aspeto que interpretou como um desrespeito para os Parlamentos dos diferentes Estados e seus legítimos representantes.

Em resposta, o Senhor Ducaru lembrou que a UE apenas gasta 20% do seu orçamento de defesa na componente ciber, aspeto que tem forçosamente de evoluir nos tempos mais próximos. E lembrou que o artigo 50.º da Carta das Nações Unidas, onde se distinguem os tempos de paz e de guerra, possui hoje fronteiras muito mais esbatidas do que à data da sua criação, sendo que à época tinha já assinaláveis áreas "cinzentas". Uma das consequências do esbatimento desta linha divisória deverá residir na interligação entre as componentes de segurança e de defesa, para cuja operacionalização, tanto teórica como prática, o conceito de "smart power" tem um papel a desempenhar.

Para as 15.00 horas, estava prevista uma sessão especial, a realizar por teleconferência, com a participação da Alta-Representante para a Política Externa da União, Federica Mogherini, que discursaria acerca do futuro da Segurança Europeia. Já existia algum mal-



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

estar e crítica velada entre os parlamentares participantes, pelo facto de a Alta Representante não se deslocar a Bucareste, vista como uma desvalorização da dimensão parlamentar da União. Pior ficou quando, após sucessivas tentativas, se tornou impossível estabelecer ligação digital entre Bucareste e Bruxelas, facto que acabaria por inviabilizar a sua realização.<sup>5</sup> Esta situação inviabilizou, igualmente, as participações no debate de mais de mais de duas dezenas de Deputados previamente inscritos, entre os quais os Senhores Deputados José Cesário e Vitalino Canas.

## **Dia 8 de Setembro**

### **Sessão III**

---

O segundo dia de trabalhos iniciou-se pelas 9 horas, com a Sessão dedicada ao Triângulo CARD-PESCO-EDF<sup>6</sup>, da Política Comum de Segurança e Defesa, pela qual se pretendeu sublinhar a necessidade de reforçar, mútua e complementarmente, os mecanismos de suporta à ação dos Estados membros no desenvolvimento das suas capacidades de defesa.

Foi moderador desta Sessão o Embaixador Mihnea Motoc, diretor geral adjunto do Centro Europeu de Política Estratégica, da Comissão Europeia.

Nela participaram, ainda, os Senhores: Jorge Domecq - diretor executivo da Agência Europeia de Defesa; Andrei Ignat - Secretário de Estado, com a responsabilidade ao nível do armamento, do Ministério da Defesa da Roménia; e ainda, Arnout Molenaar, chefe da divisão CMPD.2 (*capabilities concepts, training and exercises*), do Serviço Europeu de Ação Externa.

O Senhor Domecq começou por inventariar todo o processo de implementação das diferentes iniciativas e a sua coerência relativa, indo às razões históricas e percursoras da

---

<sup>5</sup> Nos trabalhos da manhã seguinte, dia 8, esteve presente nos trabalhos o chefe de gabinete da Senhora Mogherini, o qual se limitou a informar que os problemas com a ligação haviam tido origem em Bucareste, informação posteriormente desmentida pela Representante Permanente do Senado Romeno junto da UE, na habitual reunião de coordenação de Representantes em Bruxelas

<sup>6</sup> Abreviaturas, em língua inglesa, das designações, por ordem de explanação, de *Coordinated Annual Review on Defence*, *Permanent Structured Cooperation*, e *European Defence Fund*, usualmente denominados, em português, respetivamente, por Análise Anual Coordenada de Defesa, Cooperação Estruturada Permanente, e Fundo de Defesa Europeu.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

criação da própria Agência. Relembrou que as iniciativas atualmente geridas no âmbito da Agência constituem o cerne do processo de planeamento de defesa da União, aspeto que obriga ao incremento crescente de uma maior consistência e consolidação de um sistema integrado de planeamento, estudando e detetando as necessidades, selecionando projetos e evitando a duplicação dos mesmos. Saliu, a finalizar, que no âmbito do Fundo Europeu de Defesa, dotação orçamental para o próximo quadro financeiro plurianual fará da União o quarto maior investidor em defesa europeia.

O Senhor Ignat centrou a sua intervenção na recente priorização dos instrumentos a alocar em projetos de investigação, tecnologias e inovação, no contexto da defesa europeia, obtidos durante a Presidência romena, com a criação de legislação fundamental para o setor. Realçou a importância em afetar fundos europeus em projetos concertados à luz do interesse comum entre os Estados-membros e a União, aproveitando sinergias e ganhando em eficiência. Na sua opinião, o Fundo vai contribuir cada vez mais para a autonomia estratégica da União, promovendo a cooperação e o aproveitamento integrado das unidades de investigação existentes em cada país, tendo dado como exemplo a própria Agência para Tecnologias Militares romena, país que logrou no passado ano, afetar 2% do seu PIB ao setor da Defesa. Sublinhou, a terminar, a necessidade imperiosa em manter o orçamento de 13 mil milhões de euros no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual que irá até 2025.

O Senhor Molenaar começou por fazer um balanço da atividade do Serviço de Ação Externa, com base na Estratégia Global adotada em função do quadro de ameaças. Considerou prioritária a revisão anual coordenada (CARD), bem como a priorização de projetos de defesa, tendo em consideração o défice estrutural que a Europa enfrenta neste domínio e a fragmentação dos investimentos realizados por cada Estado. O objetivo deve ser o de garantir coerência e complementaridade com a NATO.

Teve seguidamente lugar uma fase de intervenções dos Deputados nacionais presentes, com destaque para as seguintes intervenções:

Pflüger (Alemanha), que colocou em causa a legalidade do investimento previsto no setor da defesa, atento o que dispõe o artigo 41.º do Tratado, pondo em causa o papel fiscalizador dos diferentes parlamentos nacionais;

Koopermans (Holanda) e Guerrier (França), acentuaram os perigos na vulgarização no recurso a *drones*, atenta a sua letalidade e fácil aquisição e utilização.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Ana Gomes (Parlamento Europeu), que veio realçar a forma como as imposições de política financeira de alguns países europeus e da "Troika" vieram recentemente colocar setores estratégicos nas mãos de potências estrangeiras, em clara contradição com os postulados agora reivindicados pela "União da Defesa" e que, na sua opinião, está na origem do conjunto das maiores preocupações com que hoje se depara a Europa no domínio em apreço.

Pelas 11 horas tiveram início os diferentes *Workshops* previstos no Programa da Conferência.

### **Workshop A** \_\_\_\_\_

No *Workshop* dedicado ao futuro da PESC/PCSD na perspetiva das consequências do BREXIT,

estiveram presentes o Senhor Embaixador Viorel Ardeleanu \_ Diretor-geral do Departamento de Assuntos Estratégicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Roménia; o Deputado Jean Jacques Bridey, Presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia Nacional francesa, e o Senhor Markus Kaim, docente universitário de ciência política na Universidade de Zurique. A moderação ficou a cargo da Eurodeputada Ana Gomes. Participaram neste *workshop* os Senhores Deputados Sérgio Sousa Pinto e José Cesário.

A intervenção inicial coube ao Senhor Kaim, que começou por enfatizar a existência de uma certa ambiguidade subjacente à PESC, ainda mais adensada com a perspetiva de saída do Reino Unido. Com efeito, referiu, ao mesmo tempo que se refere que a União deve poder tratar autonomamente a sua defesa, não existe uma adesão firme na resposta política. Sendo a PESC, por definição, uma realidade pró-integracionista, é muito complicado pensar-se em contributos de Estados terceiros nesse domínio, como seria o caso britânico. Tal vicissitude imporia sempre negociações bastante claras e pormenorizadas, pese embora, atento o peso relativo do Reino Unido no esforço financeiro em defesa, o estatuto de "terceiro Estado", principalmente no longo-prazo, se afigure difícil para alocar o contributo britânico que, neste domínio, é fundamental. Na sua opinião, deve antecipadamente ser definido o nível de ambição da europeia, com mais ou menos Reino Unido e só depois engendrar uma solução política consentânea. Referiu existem várias hipóteses de solucionamento da questão, as quais poderiam passar pelo aumento das contribuições individuais de cada



Estado individualmente considerado, ou pelo desenvolvimento de sinergias com impacto regional, tendo dado os casos da Alemanha e da Holanda nas tropas aerotransportadas e nos blindados, bem como da Alemanha e da Polónia na monitorização e patrulhamento de atividades submarinas no Báltico.

Já o Senhor Bridey começou por salientar o enorme esforço e aceleração recentemente sentida no projeto "Europa da Defesa". Considerou que o primeiro passo a assegurar numa atuação concertada e conjunta deve passar pela análise da ameaça, matéria relativamente à qual existem visões diferenciadas no seio da União, de acordo com os interesses estratégicos de cada país. Por outro lado, referiu ser impossível falar de uma "Europa da Defesa" sem a participação do Reino Unido, tendo de haver lugar a alguma criatividade e imaginação. É igualmente importante que a Europa militar uniformize os seus equipamentos, tendo dado o exemplo dos Estados Unidos, que possuem quatro tipos de *destroyers*, ao passo que a Europa possui cerca de vinte e quatro. A terminar deixou uma mensagem de otimismo na obtenção de acordos específicos com o Reino Unido no domínio da defesa, ou aprofundando os que já existem.

No debate que se seguiu intervieram os seguintes parlamentares:

Bryjólfsdóttir (Islândia), para salientar que, na prática, a evolução da estratégia de segurança e defesa europeia tem vindo a evoluir no sentido do deslocamento do esforço para leste, em detrimento da região atlântica, o que considerou um erro preocupante;

Sérgio Sousa Pinto (Portugal), tendo salientado que, durante a intervenção da "Troika", Portugal foi forçado a prescindir das posições privilegiadas que detinha sobre empresas de setores fundamentais da sua economia, enfraquecendo a sua capacidade de intervenção estratégica, tendo-se visto forçado a vender participações sociais a entidades externas à União, algumas delas vistas hoje como ameaças à própria segurança da União. Manifestou o seu ceticismo relativamente à "Europa da Defesa", tendo destacado o facto de existirem países que não possuem interesse forte no complexo industrial de defesa e que, por tal motivo, dificilmente terão acesso a fundos de defesa, sendo que, em muitos dos casos, a melhoria da capacidade contributiva de defesa está diretamente dependente da situação económica de cada país, que teima em não evoluir favoravelmente. A finalizar deixou algumas reflexões acerca do conceito de autonomia estratégica da Europa e da forma como a mesma deve conciliar-se com outros compromissos histórica - e internacionalmente assumidos por Portugal e por muitos outros países europeus.



## **Workshop B**

---

Neste Workshop, dedicado à Estratégia Europeia para a Região do Danúbio, não participaram Deputados portugueses. Nele marcaram presença os Senhores Doru Frunzulica, Eurodeputado romeno, a quem coube a moderação do debate, Radu Gorincioci, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Roménia e Coordenador da EUSDR,<sup>7</sup> bem como a Senhora Audrone Perskauskiene, Chefe da Divisão do Serviço de Ação Externa para a OSCE e Partneriado e Cooperação Regional Oriental.

Do relato disponibilizado pela organização, podemos referir, de forma sucinta, ter sido realizado pelo Senhor Gorincioci o facto de a construção europeia assentar em raízes fortes de coesão, valor que a Presidência romena quis igualmente sublinhar, , como fator essencial para a estabilidade da região do Danúbio. Já a Senhora Perskauskiene salientou a relevância do aprofundamento das relações e parcerias estratégicas entre os diferentes Estados-membros e os restantes países da região. Vincou, ainda, o contributo da EUSDR para a consolidação da paz e segurança na região, promovendo relações de boa vizinhança entre todos e garantindo adequada ajuda humanitária, aspetos fundamentais para a segurança da fronteira externa da União. No debate que se seguiu, emergiu o consenso quanto ao facto de a cooperação territorial e no trabalho em rede entre países membros e não-membros da União constituírem ferramentas decisivas para a promoção de maior qualidade para a cidadania europeia, tendo ainda concluído quanto à necessidade de rever o plano de ação da EUSDR, de forma a torna-lo mais eficiente e transparente, e envolvendo outros atores relevantes na região.

## **Workshop C**

---

Neste Workshop, dedicado à segurança ciber e guerra híbrida, participou o Senhor Deputado Marco António Costa, Presidente da Comissão de Defesa Nacional. Moderada pela Senhora Ramona Manescu, Deputada romena ao Parlamento Europeu, a sessão contou com a

---

<sup>7</sup> Sigla em língua inglesa para *European Union Strategy for Danube Region*, plataforma estratégica macro-regional criada pelo Conselho Europeu em 2011, cuja função essencial é a de aprofundar a cooperação entre os diversos países da referida região geográfica, alguns deles que não são membros da UE, como nos casos da Bósnia-Herzegovina, Moldova, Sérvia, Montenegro e, ainda, algumas regiões do sul da Ucrânia.



participação dos Senhores Mihneia Costoiu, Eurodeputado e Reitor da Universidade Politécnica de Bucareste, e Catalin Arama, Diretor-geral do CERT-Roménia<sup>8</sup>. O Senhor Costoiu enfatizou o papel da educação no combate às ameaças ciber e híbrida, tendo aconselhado ao desenvolvimento de uma cultura ciber. O Senhor Arama, por seu turno, começou por explicar o papel desempenhado pela organização que dirige no reforço da segurança eletrónica e digital do seu país, para a qual é necessária maior cooperação internacional, designadamente entre as diferentes autoridades europeias. Gerou-se consenso no debate quanto ao facto de o desenvolvimento da era digital e das suas infraestruturas, trazer novos tipos de ameaças e vulnerabilidades, apesar de não estarmos perante uma realidade absolutamente nova. A educação e o treino são aspetos cruciais a uma atitude preventiva que se deseja, extensiva à generalidade da população usualmente utilizadora dos meios informáticos em rede. Em simultâneo, a elevação dos níveis de sensibilização para a realidade da desinformação enquanto meio fundamental da ameaça híbrida, tem sido uma realidade que foi saudada como importante passo em frente. Finalmente, também houve unanimidade quanto à necessidade de estabelecer regras gerais de utilização do espaço ciber, como forma de assegurar a existência de padrões globais de procedimento que assegurem convenientes auditorias aos sistemas.

#### **Workshop D**

---

Nesta sessão, dedicada à questão da mobilidade militar enquanto desafio ao aproveitamento de sinergias com a NATO, participaram os Senhores Deputados Rui Silva e Jorge Machado.

A sessão foi moderada por Victor Bostinaru, Deputado romeno ao Parlamento Europeu, os diferentes participantes analisaram a questão numa tripla perspetiva: nacional, europeia e no âmbito da NATO. Todos os participantes - o Brigadeiro-general Eduard Simion, em representação do SACT,<sup>9</sup> Aukje de Vries, Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa da Câmara dos Representantes dos Países Baixos e o Brigadeiro-general Constantin Negrea, Diretor de Logística, Defesa e Pessoal do Ministério da Defesa romeno - analisaram

---

<sup>8</sup> Trata-se da *Romanian National Computer Security Incident Response Team*, entidade que é tutelada pelo Ministério das Comunicações e sociedade da Informação da Roménia.

<sup>9</sup> O *Supreme Allied Command for Transformation* é um dos Comandos setoriais da NATO, nascido após a revisão organizacional efetuada em 2002 e implementada no ano seguinte, concretamente dedicada à avaliação permanente da necessidade de implementação de reformas nas forças, capacidades e organização da estrutura de comando da organização.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

o estado atual de implementação dos planos relacionados com a mobilidade militar ao nível da NATO e da UE, cujo objetivo é o de permitir movimentos transfronteiriços de tropas e equipamento num prazo de cinco dias. Foram assinalados alguns problemas neste campo, que constituem desafios ao funcionamento comum daquelas duas organizações, tais como a partilha de informações classificadas e o duplo uso (civil/militar) de determinadas infraestruturas essenciais. Finalmente, foi unanimemente enfatizado o papel a desempenhar, neste domínio, pelos Parlamentos nacionais, por via do escrutínio dos acordos e da sua implementação, bem como na elaboração dos instrumentos legislativos necessários e a correspondente alocação de verbas orçamentais que sustentem a capacidade de deslocação de tropas.

#### **SESSÃO IV**

---

Pelas 14 horas teve início a Sessão dedicada ao tema "Uma Perspetiva Credível para o Alargamento e Fortalecimento dos Compromissos da União Europeia Balcãs Ocidentais". Moderada por Norica Nicolai, Deputada romena ao Parlamento Europeu, a sessão contou, ainda, com a participação dos Senhores Victor Bostinaru, Eurodeputado, Kostantinos Douzinas, Presidente da Comissão de Defesa do Parlamento da Grécia e, ainda, da Senhora Tanja Miscevic, Chefe da Equipa Negociadora ara a adesão da Sérvia à União Europeia.

Resumindo o teor das diferentes intervenções, cumpre referir que o Senhor Bostinaru sublinhou os progressos efetuados nos últimos anos por diversos países dos Balcãs Ocidentais, designadamente em matéria de segurança e estabilidade, tendo realçado os casos da Sérvia e do Montenegro no respeitante ao preenchimento de parâmetros essenciais em vista da adesão, pese embora permaneçam por resolver alguns aspetos. Defendeu que a União deveria atribuir maior credibilidade política aos processos de adesão, de forma a garantir a continuidade das reformas internas que têm vindo a ser efetuadas nesses países, na democratização da vida política e no fortalecimento do Estado de Direito, tudo aspetos essenciais à estabilidade da região e evitando manifestações de descrença e abandono, que normalmente conduzem à eclosão de crises sociais e nacionalismos extremistas. Defendeu, a finalizar, a necessidade de ser dada conveniente publicidade aos progressos obtidos por esses países.



A Senhora Miscevic enfatizou o apreço demonstrado pela UE relativamente aos progressos obtidos pelos países dos Balcãs e o seu desejo em consolidar tal caminho, através de um diálogo construtivo. Realçou, neste domínio, a relevância do acordo de Bruxelas de 2013. Aflorou, ainda, a questão de Pristina, território reivindicado pela Sérvia e pelo Kosovo, cujo resolução, pelo diálogo, é fundamental para a paz na região, tendo realçado o facto de dois terços dos sérvios defenderem uma solução negociada para o diferendo. Terminou, sublinhando a absoluta necessidade de promover e assegurar a reconciliação regional entre partes historicamente desavindas, tendo dado como exemplo o caso entre a Grécia e a Macedónia do Norte, encerrado com o Acordo de Prespa.<sup>10</sup>

O Senhor Douzinas começou por aflorar, com alguma emoção, o Acordo de Presta, como um exemplo de uma nova filosofia de cooperação nos Balcãs, em substituição da tradicional conflitualidade, o que só foi possível respeitando as diferenças étnicas e culturais das partes antes desavindas. Instou, ainda, os representantes sérvios e kosovares presentes na Conferência a iniciar um diálogo construtivo bilateral. Como contraponto do exemplo de Prespa, não deixou de apontar a emergência dos fenómenos do populismo, nacionalismo, racismo, islamofobia, anti-semitismo e euroceticismo, que ameaçam dois dos pilares fundamentais da construção europeia: a prosperidade, baseada na solidariedade, e a resolução de disputas étnicas. Exortou a União a conferir outro tipo de visibilidade política à evolução dos países balcânicos, mormente quando esteja em causa o incremento do diálogo construtivo, como no caso recente entre a Grécia e a Macedónia do Norte, em vista da democratização da sua vida política e social, essenciais à materialização de qualquer processo de adesão. Defendeu que o seguimento lógico normal das políticas europeias de vizinhança e de parcerias a leste deveria dar lugar à implementação de um verdadeiro processo de alargamento, pilotando tal processo e motivando os diferentes países a tal desiderato. Nesse sentido, defendeu que durante o próximo trio presidencial da União (Roménia, Finlândia e Croácia), seja estabelecido um calendário concreto para o alargamento, condição que considerou essencial para uma Europa dos Cidadãos baseada na coesão.

---

<sup>10</sup> Neste ponto, foi veiculado que os Primeiros-ministros Alexis Tsípras, pela Grécia, e Zoran Zaev, pela Macedónia do Norte, iriam ser nomeados para o Prémio Nobel da Paz, numa iniciativa com origem nos países da região dos Balcãs.



No período de debate, destaque para algumas intervenções de congratulação pelo Acordo de Prespa, bem como para a opinião manifestada pelas representações parlamentares dos diferentes países balcânicos presentes, membros ou não da União, para a necessidade de um maior compromisso europeu para com o alargamento na região dos Balcãs, em resultado do sucessivo preenchimento dos critérios de adesão por parte dos países interessados, nomeadamente no concernente ao respeito pelo Estado de Direito, os quais deverão ser especificamente estabelecidos.

A representante kosovar deixou um alerta para o facto de a Sérvia não estar a cumprir alguns aspetos do Acordo de Diálogo.

O Deputado lituano sublinhou o facto de o indicador sérvio do *rule of law* ter recuado em cerca de 50% nos últimos cinco anos.

### **Sessão de Encerramento**

---

Esta sessão teve início pelas 15 horas. Antes de conferir a palavra para o discurso de encerramento ao Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa, Ordem Pública e Segurança Nacional, da Câmara de Deputados da Roménia, o Senhor Dorel-Gheorghe Caprar, foi anunciado Senhor Ioan Paşcu que iria ser produzida uma Declaração Conjunta UE/Roménia, cujo texto, contrariamente ao que vinha sendo habitual em anteriores Conferências, não foi consensualizado com os contributos das diferentes delegações. De tal facto se lamentou o próprio, por entender que uma Conferência a este nível deve sempre culminar com a emissão de uma declaração com adequada dimensão política, o que não veio a ocorrer.

### **Conclusões:**

1. Os trabalhos decorreram em bom ambiente, sendo de realçar a capacidade logística e de organização das autoridades romenas, assim como a hospitalidade demonstrada.



2. A organização do evento privilegiou, para as diferentes sessões, um modelo do tipo-conferência temática, reunindo em cada uma um conjunto de personalidades a quem era conferido tempo de intervenção inicial e, nalguns dos casos, debates entre os próprios convidados. Em resultado, sobrou pouquíssimo tempo para as intervenções dos parlamentares participantes e, sobretudo, para o debate final entre todos. Transmitiu-se, assim, uma ideia de funcionamento em “circuito fechado”, enfatizando bastante a visão romena dos problemas em discussão, com demasiadas intervenções de políticos romenos.
3. Nos diversos temas abordados, mormente nos que respeitavam às questões diretamente relacionadas com a região leste da Europa (por sinal, quase todos...), foi notória uma grande solidariedade, interajuda e apoio recíproco entre os convidados oriundos de países balcânicos, a começar pela própria Roménia, postura que havíamos já testemunhado, por exemplo, entre países membros do denominado Grupo de Visegrado. Reconhece-se, pois, a existência de um forte empenhamento comum regional no sentido de trazer para a agenda da União a questão do alargamento a leste.
4. A Senhora Vice-Presidente da Comissão Europeia e Alta-Representante para a Política Externa da União esteve ausente, optando pela intervenção digital. A videoconferência acabou por não ter lugar, devido a problemas técnicos, o que gerou todo um ambiente de protesto e de alguma descrença. É difícil, neste caso, não concluir pela existência de uma indesejável desqualificação da dimensão interparlamentar da PESC/PCSD, em especial do papel político e legislativo dos Parlamentos nacionais, numa altura em que a Cooperação Estruturada Permanente dá os primeiros passos em áreas de prevalência da soberania clássica dos Estados.
5. Uma última chamada de atenção para a ausência de conclusões de cariz político. Esta é uma tendência que se tem vindo a acentuar paulatinamente e contra a qual, em Viena, o Grupo dos Países do Sul se manifestou, “convidando as Presidências subsequentes a elaborar conclusões”. Não foi essa a opção da Presidência romena, fosse por falta de tempo, capacidade negocial, discrepâncias materiais ou qualquer outro motivo.
6. Atento o facto de, no primeiro semestre de 2021 caber à Assembleia da República a organização da Conferência PESC/PCSD, no âmbito da dimensão parlamentar da



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, os pontos 4 e 5 deverão ser revisitados como "lições aprendidas", devendo ser evitadas videoconferências e ser equacionada a oportunidade (ou não) de elaboração de conclusões da Conferência, ao invés de uma Declaração da Presidência.

Lisboa, 29 de abril de 2019,

Seguem, em anexo os seguintes documentos:

- Documento n.º 1: Programa dos Trabalhos;
- Documento n.º 2: Declaração Final Conjunta;

Encontram-se disponíveis para consulta:

- Lista de Participantes na Conferência, consultável [aqui](#)<sup>11</sup>;
- Exemplar do Dossiê de Apoio disponibilizado pelos Serviços aos Deputados da Delegação nacional.

Sérgio Sousa Pinto

Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros  
e Comunidades Portuguesas

---

<sup>11</sup> [http://www.parl2019ro.eu/eu/dp.events?id\\_evn=4&idl=2](http://www.parl2019ro.eu/eu/dp.events?id_evn=4&idl=2)